



GRUPOS DE REPRESENTATIVOS - GR

NUM	Processos Paradigmas	TÍTULO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	MATÉRIA
01	0005656-63.2013.8.24.0025/50000 0047230-27.2013.8.24.0038/50000 0005660-03.2013.8.24.0025/50000	Abusividade de cláusula contratual de reajuste de plano de saúde coletivo em decorrência do incremento da faixa etária do usuário.	Recurso Especial em que se discute a (i)legalidade de cláusula contratual que prevê reajuste da mensalidade de plano de saúde coletivo empresarial ou por adesão, motivado pela mudança da faixa etária do segurado, sobretudo sob a ótica do art. 15, § 3º, da Lei Federal n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).	Aguardando pronunciamento do STJ	Direito do Consumidor
02	0014328-66.2013.8.24.0023/50001 0036789-66.2012.8.24.0023/50001 0016735-16.2011.8.24.0023/500001 0045909-36.2012.8.24.0023/500001 9206301-60.2012.8.24.0000/50001	Cômputo do tempo de serviço prestado em funções de magistério diversas da docência para fins de aposentadoria especial.	Recurso Extraordinário em que se discute, à luz dos art. 40, § 5º e 201, § 8º da Constituição Federal, a possibilidade de cômputo do tempo de serviço prestado por servidores do magistério em funções diversas da docência, tendo por referência aquelas arroladas no Anexo II da Determinação de Providência n. 001/2012 da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, para fins de aposentadoria especial.	Aguardando pronunciamento do STF	Direito Administrativo - servidor público
03	0002194-36.2008.8.24.0167/50001 0002035-46.2009.8.24.0139/50001 0001848-46.2012.8.24.0167/50001	Análise infraconstitucional acerca do preenchimento de requisitos para usucapião extraordinária em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal	Recurso Especial em que se discute o preenchimento de requisitos para usucapião extraordinária em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal, de acordo com as regras gerais do Código Civil (art. 1.238, caput), e especiais, acerca do parcelamento do solo urbano (Lei Federal n. 6.766/1979), e do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001).	Aguardando pronunciamento do STJ	Direito Civil